

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.195 - SP (2019/0355113-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KEVIN ROBERT DOS SANTOS NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Kevin Robert dos Santos Nascimento**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o Agravo em Execução Penal n. 0009150-63.2019.8.26.0996 (fl. 27):

Agravo em execução - Progressão de regime prisional - Benefício indeferido pelo não preenchimento do requisito subjetivo - Ausência de méritos do sentenciado - Sentenciado que não possui valores éticos e morais necessários ao bom convívio social - Prematura e temerária a concessão dos benefício - Necessidade de que o sentenciado permaneça por mais um período no regime fechado, pois em matéria de execução criminal vigora o princípio "*in dubio pro societate*". Decisão mantida - Recurso desprovido.

Alega-se, na impetração, em síntese, que o paciente teve o exame criminológico favorável e negar a progressão apenas com base na longa pena a cumprir e na gravidade abstrata do delito não se afigura fundamentação válida.

Requer-se, assim, a concessão de liminar para promover o paciente ao regime semiaberto e, no mérito, a procedência do *writ* com a confirmação da liminar.

É o relatório.

Na hipótese, o alegado constrangimento não se apresenta com a nitidez imprimida na inicial.

Em juízo preliminar, não há como afastar esta motivação do acórdão quanto à ausência de implementação do requisito subjetivo (fl. 28 – grifo nosso):

Agiu com seu costumeiro acerto o Juízo "a quo" ao indeferir o pedido de progressão de regime, pelo não preenchimento do requisito subjetivo.

Superior Tribunal de Justiça

Realmente, pelo conjunto de fatores levados em consideração na r. decisão recorrida, constata-se que o sentenciado não possui méritos para ser beneficiado.

Nesse diapasão, note-se que seu exame criminológico não atesta a aptidão para a progressão de regime, pois foi claro ao consignar que o sentenciado "aparentemente, não reconhece a gravidade de suas ações e os prejuízos pessoais familiares e materiais que isso ocasionou", tendo restado consignado, ainda, que "seus planos futuros são vagos e inconsistentes" (fl. 101/108).

Ademais, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da Vara de Execuções Criminais, especialmente, quanto à atual situação do paciente.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator